



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Controle e Participação Social: a experiência da Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia

Bruna Eduarda Soares Rocha¹

Mariana Costa Carvalho²

Mirian de Freitas da Silva Ramos³

Resumo: As conferências são importantes espaços de controle social e deliberação, que possibilitam o envolvimento da sociedade civil nas políticas públicas. Este relato buscou descrever e analisar a experiência da 1ª Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia, realizada em 2024, em formato *online*, com base em análise documental e observação participante. O evento reuniu mais de 200 participantes de distintos perfis e resultou em propostas coletivas em diversos eixos temáticos. Conclui-se que a conferência corroborou para o fortalecimento dos movimentos de economia popular solidária e agroecologia, embora enfrente limites que ainda desafiam a efetivação da participação social.

Palavras-chave: Agroecologia; Economia Popular Solidária; Deliberação Coletiva; Participação Social; Políticas Públicas.

Control and Social Participation: the experience of the National Thematic Conference on Popular Solidarity Economy and Agroecology

Abstract: Conferences are important spaces for social control and deliberation, enabling the involvement of civil society in public policies. This report sought to describe and analyze the experience of the 1st National Thematic Conference on Popular Solidarity Economy and Agroecology, held online in 2024, based on document analysis and participant observation. The event brought together more than 200 participants with diverse profiles and resulted in collective proposals in various thematic areas. It concludes that the conference contributed to the strengthening of the popular solidarity economy and agroecology movements, although it faces limitations that still challenge the effective realization of social participation.

Keywords: Agroecology; Popular Solidarity Economy; Collective Deliberation; Social Participation; Public Policies.

¹ Graduada em Serviço Social e Mestranda no Programa de Pós-graduação em Política Social na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Email: bruna.e.rocha@ufv.br.

² Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Viçosa. Associada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social na UFV. Email: marianaccarvalho@ufv.br.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e doutora em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora Adjunta no Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Viçosa. Associada ao Programa de Pós-graduação em Política Social na UFV. Email: mirian.ramos@ufv.br.

Introdução

A economia solidária é definida por uma economia diferente da capitalista, baseada nos princípios da propriedade coletiva, liberdade individual e organização como movimento social (Singer, 2002). A agroecologia, por sua vez, articula preceitos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, propondo não apenas uma produção livre de resíduos químicos, mas transformações estruturais na totalidade da sociedade (Altieri, 2004). Os dois campos convergem na crítica ao capitalismo e na proposição de novos paradigmas baseados na sustentabilidade, cooperação e justiça social, compartilhando práticas como o comércio justo, os circuitos curtos de comercialização e o consumo consciente (Schmitt, 2010). Essas confluências não se restringem ao plano produtivo ou ideológico, mas manifestam-se na disputa por espaços de participação e na construção de políticas públicas que os reconheçam e fortaleçam articulando-se, historicamente, em torno de dispositivos de controle social e deliberação.

A participação social está diretamente relacionada à democratização do Estado e à abertura de canais de diálogo para o envolvimento da sociedade na definição, implementação e avaliação de políticas públicas (Faria; Silva; Lins, 2012). No Brasil, esse debate se consolidou com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu os mecanismos de participação direta, como conselhos, fóruns e conferências.

É nesse contexto que se insere a experiência aqui relatada: a 1ª Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia, realizada no ano de 2024, no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária. O objetivo deste artigo é descrever e analisar esse evento, evidenciando seu potencial como espaço de controle social, deliberação e construção coletiva de propostas.

Para tanto, o texto organiza-se em três seções: discussão do controle social como mecanismo participativo, apresentação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como *locus* de mobilização e relato e análise da conferência sob a perspectiva de observadoras participantes.

A importância do controle social para a participação e deliberação de sujeitos coletivos

O debate acerca dos conceitos de controle social, a partir de uma perspectiva crítica, faz-se extremamente pertinente quando articulado a processos participativos em que sujeitos coletivos têm como intuito interesses comuns e buscam alcançar um

denominador em termos de respostas que sejam condizentes com suas pautas de reivindicação e, conseqüentemente, as deliberações advindas dos processos mencionados.

Nesse contexto, o debate que envolve o controle social na esfera pública precisa ser definido e compreendido como parte primordial do Estado democrático de direito em que, historicamente, a classe trabalhadora mobilizou-se e se organizou para cobrar o direito de participação no âmbito da esfera pública, primordialmente, das políticas públicas, que têm seus espaços construídos cotidianamente como por, exemplo, os Conselhos das diversas políticas públicas, da pessoa Idosa, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Meio Ambiente, entre outros. Trata-se de espaços de fundamental relevância e que permite que a população possa exercer um dos seus direitos como cidadãos — o controle social, participação e deliberações coletivas.

Diante do exposto, com base em alguns referenciais teóricos, apreende-se e define-se que a atividade do controle social encontra-se intrinsecamente amalgamada ao contexto do ato da legalidade na arena da administração pública, em outros termos, refere-se aos atos na administração pública e o destino que essa gestão comprometida com a democracia, transparência e respostas as múltiplas desigualdades sociais, considerando suas particularidades e níveis de complexidades vão se comprometer em termos de destinação e utilização de recursos disponíveis.

Assim, para a autora Jeni (2006), o controle social busca e tem como ponto central o foco no controle, auditoria e fiscalização pelos sujeitos coletivos. Ainda nesta temática, a referida autora destaca existir certa confusão de entendimento quando se aborda os conceitos de “avaliação e monitoramento e, de outro, controle [...]”, todavia, frisa que quando aborda-se a atividade do controle social, está se referindo que a centralidade “[...] é a legalidade dos atos da administração pública, o foco das atividades de avaliação e monitoramento é a qualidade da gestão. Estas práticas são comuns aos distintos campos de atuação das políticas públicas” (Vaitsman, 2006, p. 2).

Tenório (2004) destaca que Participação Social integra e, ou, faz parte do dia a dia dos sujeitos coletivos ratificando, assim, a percepção colocada pela autora em questão. Frente a perspectiva colocada, salta aos olhos que todos os atos invólucros a administração pública precisam e devem ser, necessariamente, acompanhados pela população, pois a repercussão das tomadas de decisões pelos gestores terá impactos

diretos no acesso a bens e serviços públicos pelos sujeitos de direitos — quem realmente demanda o acesso aos diversos setores de políticas públicas pela via intersetorial, trabalho e renda, moradia, assistência, saúde, educação, entre outras políticas.

Em outras palavras, as informações fornecidas pelo rico referencial teórico que envolve o tema, em especial as contribuições da autora aqui referida não deixam dúvida quanto a relevância da participação social nos atos da administração pública, com o intuito de buscar não só fortalecer e ampliar os espaços democráticos e a transparência dos gastos nos diversos setores públicos. Importa registrar, mesmo diante de toda essa relevância, o contexto em que se deu a formação sócio-histórica do Brasil, marcada pelo colonialismo, escravidão, racismo, “cidadania regulada” entre outras práticas, repercute ainda nos tempos atuais em desafios quando se fala em controle e participação social, são desafios em diferentes graus seja do “não pertencimento desses sujeitos”, baixo nível de escolaridade, a fragilidade de uma cultura efetivamente participativa como sendo parte da estrutura do próprio modo de produção capitalista e suas estratégias de desmobilização, fragmentação e individualização de questões coletivas, mas que baseado num discurso forjado cumpre imensamente bem a função do individualismo ao invés do coletivo (Carvalho, 2001; Césaire, 2020; Santos 1979; Fernandes, 2020; Motta, 2020), dentre outras contribuições teóricas.

Ante ao suprarreferenciado, buscou-se realçar o quanto o controle social e participação são ações necessárias e cada vez mais urgente diante de um contexto moldado por um sistema que busca cada vez mais alienar a classe trabalhadora de seus direitos, inclusive dos espaços aqui citados, a participação social culminará em políticas públicas mais condizentes com a realidade dos sujeitos sociais, já que pressupõe escuta qualificada, atenta e sensível às múltiplas expressões da questão social, com a finalidade de integrar ações coletivas no âmbito da gestão social com base no planejamento das intervenções a médio e longo prazo, visando a garantia de direitos por meio do fortalecimento e ampliação dos espaços de participação dos cidadãos, conforme debatido no próximo item em que buscou debruçar-se acerca do tema que envolve o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares”, sendo estas entendidas como um espaço de suma pertinência para debater temas como mobilização, organização, participação social e controle.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como *locus* de mobilização, organização e ampliação de espaços participativos

A construção de uma perspectiva de desenvolvimento dialógico e a elaboração de soluções para as expressões da questão social é um desafio que as universidades públicas podem mediatizar através da produção, socialização e troca de conhecimentos, fundamentada pelo ensino, pesquisa e extensão. Compreendemos a extensão universitária como espaço privilegiado que possibilita unir, de forma dinâmica e dialética, o campo teórico ao prático, contribuindo para a organização dos sujeitos e da própria instituição de ensino, com a perspectiva da aprendizagem mútua, coletiva e crítica, promovendo ações que fortalecem o exercício da cidadania e democratização.

Nessa direção, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) passaram a significar nas universidades um importante espaço de efetiva incorporação dos setores populares, através da inserção de novas práticas de organização do trabalho, constituindo-se em *locus* privilegiado da experiência extensionista. A iniciativa do desenvolvimento de um projeto acadêmico de incubação de cooperativas populares surgiu na década de 1990, no âmbito da Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), que criou a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Estruturada como programa de extensão universitária, trouxe a proposta de empregar recursos da universidade no fomento a grupos econômicos populares em modelos distintos à forma capitalista de produção, fundamentado sobre os princípios da economia solidária⁴ (Heckert, 2003). Nesse sentido, as incubadoras podem ser consideradas:

[...] um tipo de tecnologia social, ou seja, arranjos organizacionais voltados para a busca de soluções de problemas de segmentos vulneráveis da sociedade, especialmente em termos sociais e econômicos, mas também em termos ambientais, só que em menor proporção (Matarazzo; Boeira, 2016, p. 208).

Analisando o período de surgimento e ampliação das incubadoras no país, temos que a década de 1990 constitui-se num marco histórico para análises do contexto de crise do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, de novas formas de inserção de trabalhadores no mercado, de ampliação dos índices de desemprego, inflexão do movimento sindical e precarização das relações de trabalho, sob o viés das

formas flexíveis de produção e reprodução trazidas pela reestruturação produtiva. Este quadro, conforme analisa Antunes (2025), é resultado da adoção do receituário neoliberal implantado a partir da crise estrutural do capital, que se abateu sobre as economias capitalistas e, não somente, em nosso país. Houve decréscimo dos postos de trabalho, visível pela diminuição da classe fabril tradicional e, tendo como um de seus determinantes, a falência de um elevado número de empresas, principalmente do setor industrial.

Diante da situação de desemprego e precarização das relações de trabalho, os sujeitos buscam possibilidades de geração de trabalho e renda, onde se inclui, as incubadoras populares e a economia solidária, como importantes respostas dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. As experiências abarcam iniciativas que propõem uma forma de trabalho distinta à tradicional, pautadas em princípios de solidariedade, propriedade coletiva dos meios de produção e participação coletiva das tomadas de decisão.

A partir desse contexto, diversas universidades brasileiras passaram a implantar projetos similares ao da UFRJ, como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) na Universidade Federal de Viçosa (UFV) que, desde 2003, já acompanhou mais de 30 (trinta) grupos de economia solidária em Viçosa e região. Pautado no trabalho com grupos, que se compõem de diferentes personalidades e saberes, a ITCP/UFV apoia-se em metodologias participativas, nas quais não se impõe um modo de trabalho, de pesquisa ou de realização de atividades, havendo uma construção coletiva onde é de extrema importância a visão do grupo com o qual se está trabalhando. Tais pontos auxiliam para a realização de um trabalho justo, ético e democrático, onde abre-se possibilidades para todos, buscando gerar resultados positivos a partir de um esforço coletivo da ITCP/UFV, dos parceiros e dos grupos acompanhados.

As ações da ITCP/UFV têm como escopo a consolidação de experiências enquanto respostas factíveis à problemática socioeconômica da exclusão e desemprego, a contribuição para o aprimoramento da discussão teórica e práticas da economia solidária e o fortalecimento de espaços de participação popular. O trabalho da ITCP/UFV é um processo dinâmico e interativo baseado na interdisciplinaridade e tem como proposta central a disponibilização dos recursos humanos, do conhecimento da

universidade na formação e assessoria de trabalhadores para a organização econômica fundamentadas na igualdade de recursos, de poder e na solidariedade.

Nesta perspectiva, as incubadoras de cooperativas populares cumprem função fundamental na inserção das universidades nos debates sobre desigualdade, exclusão social, trabalho, sustentabilidade, modo de produção e distribuição, entre outros, além da troca de saberes entre a academia e a diversidade de grupos e movimentos sociais. A ITCP/UFV tem sede própria localizada no campus da Universidade Federal de Viçosa. A casa possui boa infraestrutura para reuniões com grupos e equipes, contando com divisões em salas mobiliadas e equipamentos para a execução das atividades, estando vinculada ao Departamento de Economia Rural (DER) e contando com parcerias com outros setores da UFV e da região de Viçosa.

Alguns aspectos que podem ser concretizados a partir das ações extensionistas das incubadoras são: comprometimento social e comunitário; o potencial de desenvolvimento tecnológico e metodológico adequados ao apoio aos grupos econômicos solidários a partir da ação integradora entre extensão e pesquisa; e, ainda ressaltamos, a possibilidade de formação de profissionais preparados para atuarem com a temática da economia solidária, políticas públicas, agroecologia, dentre outros, compreendendo suas especificidades e contribuindo para o seu fortalecimento.

Dentre as ações da ITCP/UFV, destacamos o envolvimento e protagonismo da 1ª Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia, cuja análise será descrita no item seguinte.

Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia: relato de experiência

As conferências de políticas públicas são espaços institucionais de participação, podendo ter finalidade consultiva ou deliberativa. A convocação das conferências pode ocorrer por ato normativo, sendo o órgão responsável por definir temas, objetivos, comissão organizadora e cronograma dos encontros municipais, estaduais e/ou nacionais (Faria; Silva; Lins, 2012).

No campo da economia popular solidária, as conferências ganharam relevância a partir de 2005/06, com a realização da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), marco de consolidação do campo e de sua identidade. Nas edições seguintes, em 2009/10 e 2013/14, o processo avançou na direção do reconhecimento da economia

solidária como direito e na elaboração do 1º Plano Nacional de Economia Solidária. A conferência analisada neste artigo integra a quarta edição da CONAES, realizada entre 2024/25, com o tema *"Economia Popular e Solidária como Política Pública: Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação"* e, além dos debates temáticos, visou-se subsidiar a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Solidária.

Conforme o caderno de orientações da quarta edição (2024), as conferências puderam ser realizadas em espaços locais, estaduais, temáticos e livres, sendo que apenas as duas primeiras modalidades elegeram delegados/as representativos. Ainda de acordo com o caderno, as conferências temáticas necessitavam de aprovação pela Comissão Organizadora Nacional e tinham competência para debater e elaborar propostas a serem encaminhadas à conferência nacional.

O relatório final da 4ª CONAES apontou a realização de 226 conferências, sendo 185 locais, 27 estaduais e 14 temáticas. Dentre as conferências temáticas, destaca-se a 1ª Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia, que constitui o objeto de análise deste relato. Realizada em 12 de novembro de 2024, em formato *online*, o evento teve como objetivo promover troca de saberes e a construção participativa de políticas públicas nas duas áreas.

Conduzida pela plataforma *Google Meet*, a conferência reuniu 202 participantes de todas as regiões do país, desses: 166 se identificaram como mulheres e 36 como homens; 79 tinham mais de 50 anos e 26 estavam na faixa etária de 18 a 29 anos. Em relação à identidade racial, 53 se identificaram como pretas ou pardas, 3 como quilombolas e 4 como indígenas. O público foi composto por trabalhadores/as, representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e gestores públicos. A diversidade de sujeitos envolvidos evidencia o caráter plural do espaço e sua potencialidade enquanto instância de diálogo.

A organização do evento foi encaminhada por uma rede de instituições da economia popular solidária e da agroecologia, com destaque para as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares - em especial a ITCP/UFV, que desempenharam papel central na articulação entre universidade, movimentos sociais e territórios. A programação estruturou-se em dois momentos.

No primeiro momento, das 8 às 12h, a conferência foi aberta com música, com músicas e poemas, seguida de mesa institucional com lideranças dos movimentos, entre elas o então Secretário Nacional de Economia Solidária e o presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Neste momento, as discussões tiveram norte as confluências entre os movimentos, evidenciando-os enquanto uma alternativa sustentável ao modelo econômico vigente. Na sequência, a análise de conjuntura tencionou a problematização das condições atuais dos movimentos, destacando mulheres e jovens, saberes tradicionais e circuitos curtos de comercialização como estratégias de fortalecimento da soberania alimentar.

Logo após, os participantes foram organizados em sete grupos de trabalho, orientados pela seguinte questão norteadora: *"Com base em nossas experiências concretas e nas discussões realizadas durante a análise de conjuntura desta manhã, quais propostas este grupo sugere para a 4ª CONAES no que se refere à Economia Solidária e Agroecologia?"* No segundo momento, das 14 às 16h e 30 minutos, os grupos compartilharam com o coletivo suas proposições. A seguir, apresenta-se uma tabela com as propostas agrupadas em eixos temáticos mais regulares nos grupos de trabalho:

Tabela 1: Propostas para a 4ª CONAES

Eixo temático	Proposta
Crédito e financiamento	Criar linhas de crédito e financiamento público acessíveis a empreendimentos de economia solidária e agroecologia, incluindo: acesso por usufruto coletivo (assentamentos, quilombos e comunidades tradicionais); sistema de crédito popular rotativo desvinculado do sistema financeiro convencional; e financiamento específico via BNDES e bancos públicos para aperfeiçoamento tecnológico e logística solidária.
Produção agroecológica e sementes	Criar um Programa Nacional de Agroecologia e Segurança Alimentar, com foco em: certificação participativa; redes de apoio a certificações territoriais priorizando agricultores familiares; sistema de produção, preservação e distribuição de sementes crioulas.
Transição energética	Investir em produção descentralizada e democrática de energias renováveis (solar e eólica) que não comprometa territórios e a produção de alimentos, alocando recursos para soluções de pequeno porte

	voltadas à produção agroecológica e fomentando créditos de carbono vinculados a empreendimentos solidários.
Educação e pesquisa	Incluir as temáticas de economia solidária e agroecologia nos currículos, desde a educação básica ao ensino superior; reativar e fortalecer escolas rurais com ênfase na Educação do Campo; ampliar Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) e parcerias de pesquisa e extensão; fortalecer editais multi e interdisciplinares que contemplem territorialidade.
Legislação e políticas públicas	Implementar e fazer cumprir legislações em todos os níveis de governo que criem convergências entre economia solidária e agroecologia; criar o "SUS da Economia Solidária e Agroecologia" com serviços públicos integrados e territorializados; incluir propostas de economia solidária no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; criar tributação diferenciada para cooperativas solidárias.
Comercialização e abastecimento	Desburocratizar a comercialização de produtos agroecológicos; garantir cadastro de cozinhas comunitárias e pontos de distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos; incentivar compras institucionais; apoiar logística e distribuição via entrepostos e centros de abastecimento; ativar o fundo de ECOSOL.
Comunicação e mapeamento	Criar plataforma de diálogo e difusão de informações para a sociedade civil sobre a Ecosol e a agroecologia; realizar novo mapeamento dos empreendimentos solidários e experiências agroecológicas; desenvolver sistema de comunicação (incluindo ferramentas de "gamificação") para aproximar público geral, especialmente jovens, dos movimentos.

Fonte: Relatório da 1ª Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia, 2024.

As propostas elaboradas evidenciam a necessidade de tratar as políticas públicas de economia popular solidária e agroecologia de forma complementar e indissociável, sendo possível identificar elementos comuns: o enfrentamento a acesso, financiamento e marcos legais; a aposta na produção descentralizada de energia renovável e o reconhecimento de que, sem investimento em educação, pesquisa e comunicação, os próprios movimentos correm o risco de permanecer invisíveis à formulação de políticas

públicas. Essas propostas foram sistematizadas por meio de um processo deliberativo coletivo, reafirmando o caráter participativo da conferência.

Após os debates, realizou-se a plenária final, na qual as propostas foram aprovadas para envio à 4ª CONAES e deliberadas três moções: uma delas tratou sobre práticas sustentáveis nas comunidades; outra esteve relacionada ao fortalecimento de incubadoras e núcleos de agroecologia; e uma terceira em defesa da discussão PEC de 2024 sobre redução da jornada de trabalho. O encerramento foi conduzido pela comissão organizadora, que enfatizou a importância da articulação dos movimentos e dos espaços de diálogo na luta por políticas públicas.

Considerações finais

A 1ª Conferência Temática Nacional de Economia Popular Solidária e Agroecologia reafirmou o papel das conferências enquanto espaços participativos que viabilizam a incidência direta de grupos sociais na construção de políticas públicas direcionadas ao atendimento de suas demandas (Pogrebinski, 2013). A diversidade de participantes e a abrangência territorial alcançada revelam a capacidade de articulação dos movimentos analisados, bem como o protagonismo de incubadoras como a ITCP/UFV na mediação entre universidade, movimentos sociais e territórios, especialmente em contextos de tecnologias digitais.

Segundo Gonzaga, Ávila e Gonzaga (2025), esse fenômeno tem sido conceituado como cidadania digital, compreendida como extensão e reconfiguração da cidadania tradicional por meio de plataformas virtuais de participação, com potencial de ampliar os canais deliberativos, democratizar o acesso à informação e reduzir barreiras geográficas, sociais e institucionais. Sob essa perspectiva, a conferência materializou tal dimensão ao reunir sujeitos de distintos territórios em torno de pautas compartilhadas. Entretanto, a análise evidencia também limites importantes para a efetivação da participação social, como a exclusão digital, a resistência dos órgãos públicos e o impacto limitado das decisões participativas nas políticas públicas (Almeida; Da Silva; Miranda, 2026).

Embora o formato online amplie o alcance geográfico, pode simultaneamente limitar a participação de sujeitos com menor acesso a recursos tecnológicos, reproduzindo desigualdades estruturais e intensificando a exclusão digital. Em relação aos demais obstáculos, estes podem se manifestar no caso de uma conferência temática,

modalidade que não prevê eleição de delegados, tornando a institucionalização das propostas ainda mais dependente da articulação com instâncias governamentais.

Ainda assim, a experiência constitui um avanço concreto na articulação entre economia popular solidária e agroecologia, tanto na produção coletiva de propostas quanto no fortalecimento dos vínculos. Os desafios identificados, não anulam a experiência, mas apontam para a necessidade de aprofundar os mecanismos de controle social e garantir que as deliberações coletivas se traduzam efetivamente em políticas públicas.

Referências

ALMEIDA, B. M. S.; SILVA, K. G. d.; MIRANDA, J. F. B. Participação social e controle social na gestão pública brasileira: avanços e desafios no fortalecimento da democracia. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 9, n. 20, p. e092895, 2026.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório da conferência temática de agroecologia da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/conaes>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. Conselho Nacional de Economia Solidária. **Caderno de orientações metodológicas da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/conaes>. Acesso em: 22 abr. 2026.

FARIA, C. F.; SILVA, V. P.; LINS, I. L. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 249-284, 2012.

GONZAGA, S. A. C.; AVILA, C. F. D.; GONZAGA, G. C. S. PARTICIPA+ BRASIL: CIDADANIA, DEMOCRACIA DIGITAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 2, p. e1818-e1818, 2025.

HECKERT, S. M. R. **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.

MATARAZZO, G.; BOEIRA, S. L. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p. 207-227, 2016.

POGREBINSCHI, T. Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. In: **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013. p. 243-278.

SCHMITT, C. J. **Economia Solidária e Agroecologia**: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. 2010.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. 2002.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 101-117, 2005.

TENÓRIO, F. G. Cidadania E Desenvolvimento Local: Casos Brasileiros. In: IX Congresso Internacional Del Clad, 2004, Madri. **Anais Do IX Congresso Internacional Del Clad**, 2004.

VAITSMAN, J. Curso de Formação de Multiplicadores. In **Congresso Internacional Del Clad sobre del Estado Y La Administración Pública**. Guatemala, 2006.